

11 FEV 2002

O ESTADO DE SAO PA

Saúde para o desenvolvimento

Um plano para salvar 8 milhões de vidas por ano, por volta de 2010, principalmente nos países mais pobres, foi apresentado em Nova York, na reunião do Fórum Econômico Mundial. Esse plano propõe que os países pobres, em 2007, gastem com saúde US\$ 57 bilhões a mais do que neste ano. Desse total, US\$ 22 bilhões deverão provir de doações, que atualmente não passam de US\$ 6 bilhões. Os valores deverão ser crescentes e o plano prevê um engajamento internacional por duas décadas. A novidade é que não se trata de mais um programa benéfico proposto por pessoas de boa vontade, mas de um projeto econômico.

Desenvolvimento mede-se também por indicadores de saúde – como expectativa de vida, mortalidade infantil, acesso a água tratada e a serviços de esgoto, presença de endemias e assim por diante. Condições de saúde, no entanto, não são apenas uma consequência do crescimento econômico e de sua difusão. A relação causal funciona também no outro sentido: investir em saúde é uma forma de promover a expansão da economia e de reduzir a pobreza, tanto quanto investir em máquinas, fábricas, infra-estru-

tura, educação e tecnologia. Chamar a atenção para esse outro lado – a saúde como fator de produção e de desenvolvimento – é um dos méritos principais de um estudo concluído em 2001 e divulgado em Nova York, no dia 3, durante a reunião do Fórum Econômico. O trabalho, intitulado *Macroeconomia e Saúde: Investimento em Saúde para o Desenvolvimento Econômico*, foi produzido por um grupo coordenado pelo professor Jeffrey Sachs, de Harvard. Esse grupo foi constituído em janeiro de 2000 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O programa, segundo os autores do trabalho, poderá proporcionar um retorno muito maior que seus custos. Uma justificação moral poderia mencionar somente o prolongamento de milhões de vidas, por meio do combate a doenças e da melhora de padrões nutricionais. Os economistas, no entanto, calculam mais que o número de vidas salvas. Levam em conta, além dessa vantagem mais evidente, a mudança das condições de vida. Essa mudança corresponde a uma redução da incapacidade provocada pelas doenças. Esse ganho pode ser calculado em termos de anos de atividade produtiva acrescen-

tados à vida de cada um. Segundo o estudo, 330 milhões de anos de incapacidade serão evitados para cada 8 milhões de vidas salvas. Para os países mais pobres, esse efeito resultará, num cálculo descrito como conservador, em US\$ 186 bilhões adicionais de renda por ano – e o valor efetivo, suspeitam os autores do estudo, poderá ser muito maior.

Se esses cálculos estiverem corretos, um bom programa internacional de saúde, voltado para os países pobres e também para os de renda média, poderá acelerar consideravelmente o desenvolvimento, ampliando mercados para todos.

Alguns países de renda média – o Brasil parece um exemplo evidente – dispõem de meios para elevar, por sua conta, os gastos destinados a programas de saúde. Para aqueles abaixo desse nível, no entanto, será indispensável a ajuda internacional. Mesmo os países pobres poderão, segundo o trabalho, destinar mais dinheiro a essa política, mas precisarão de uma decidida ajuda externa. A maioria das ações necessárias para a redução da mortalidade

e a melhora dos padrões sanitários, segundo o trabalho, é relativamente simples. Boa parte do trabalho pode consistir na expansão da assistência por meio de postos de saúde e de serviços de assistência e prevenção. Mas tudo requer dinheiro, planejamento e maior eficiência na condução dos programas – o que inclui o combate ao desvio de recursos.

Países ricos terão que aumentar suas doações para a área da saúde

Os autores do estudo propõem que os governos, com auxílio de instituições internacionais, avaliem suas necessidades e objetivos e preparem programas

nos próximos dois anos. O passo seguinte será desenhar programas de financiamento e de assistência técnica para cada país. Parte do dinheiro mobilizado deverá ser destinada a pesquisas sobre doenças típicas dos países pobres, já que os laboratórios privados nem sempre vêm nessa área perspectivas de lucro.

O montante de verbas necessárias seria muito menor que o dinheiro aplicado, no mundo rico, em subsídios que prejudicam os países pobres e contribuem para mantê-los no atraso e na miséria.